

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

AS MULHERES E AS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS: UM HISTÓRICO E SUA. CORRELAÇÃO.

Ruy de Deus e Mello Neto, Fábio da Silva Paiva
y Mariana Lins de Oliveira.

Cita:

Ruy de Deus e Mello Neto, Fábio da Silva Paiva y Mariana Lins de Oliveira (2009). *AS MULHERES E AS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS: UM HISTÓRICO E SUA. CORRELAÇÃO*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/894>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

AS MULHERES E AS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS: UM HISTÓRICO E SUA CORRELAÇÃO

Prof. Ruy de Deus e Mello Neto (mestrando)

Prof. Fábio da Silva Paiva (mestrando)

Prof.^a Mariana Lins de Oliveira (mestranda)

PPGE-UFPE

Ruy_matematica@yahoo.com.br

Políticas de ação afirmativa

“Política de cotas”, “reserva de vagas”, “ação compensatória”, são temas relativamente novos no debate e na agenda pública brasileira - apesar de terem se originado nos anos 60, nos Estados Unidos. Diante de um momento de reivindicações democráticas de cunho racial, as leis de segregação racial começam a ser revisadas no Brasil e, com isso, o movimento negro ganha enorme poder político.

Além dos Estados Unidos, muitos outros países começaram a ter políticas semelhantes. Na Europa, foram utilizadas sob a alcunha de “ação ou discriminação positiva”. De acordo com Bergmann (1996):

“Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas. aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos. em determinados empregos ou escolas.” (1996, p. 7)

O resultado do encontro “Perspectivas internacionais em ação afirmativa”, ocorrido em 1982, na Itália, corroborou com tal perspectiva e promoveu a representação de grupos inferiorizados na sociedade e conferiu-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a determinados bens, econômicos ou não.

Guimarães (1997), baseado na Filosofia do Direito, diz que tratar pessoas em condições desiguais como iguais, no que se refere às disputas por espaço no mercado, somente amplia a desigualdade inicial entre elas. Por se basear numa sociedade democrática liberal, cujas normas devem garantir o princípio de igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres. Assim, deve-se garantir por meio de uma desigualdade de tratamento no acesso, favorecendo as minorias, como forma de garantir uma equiparação do acesso e, desta forma, prover a igualdade de condições. Ele acrescenta que tal política deve ter caráter temporário e escopo restrito.

Bergmann (1996) apresenta a idéia de maior destaque na educação: a diversidade. Para ela, por trás da ação afirmativa, têm-se três idéias básicas que devem combater sistematicamente a discriminação, reduzir a desigualdade e a busca constante pela integração dos diferentes grupos sociais, valorizando a diversidade cultural que formariam. O terceiro ponto tem fundamental importância por conferir uma identidade positiva aos que, por culpa da disparidade socioeconômica, eram subjugados. Supondo que a convivência possa prevenir visões preconceituosas e discriminação entre diferentes grupos.

O Brasil, sua história recente e a necessidade de políticas de ação afirmativa

É importante destacar que durante os “anos de chumbo” do regime militar brasileiro, poucas ações foram feitas para equiparar desigualdades. Diante do fordismo emergente, os militares colocaram de lado políticas compensatórias, provocando a acentuação do abismo entre classes. O mundo “desenvolvido” já se despedia do fordismo e o Brasil ainda começava sua ‘idade de ouro’, o chamado milagre brasileiro. Para o fordismo tradicional, a valorização salarial é diretamente ligada a criação e fomentação de um mercado consumidor de massa, já no Brasil a concentração de renda

foi vista como uma condição necessária ao crescimento, reforçando o abismo econômico entre os diferentes grupos na sociedade.

Os militares, em prol de um crescimento econômico, promoveram uma enorme expansão das universidades brasileiras, buscando contemplar os excedentes (alunos não contemplados com vagas nessas universidades), através do modelo tecnicista de universidade. Deixou-se de lado qualquer pesquisa de cunho social, vista pelo governo como subversiva. Em 1971, é instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº5.692), que tinha como característica marcante a de tentar dar à formação educacional um cunho técnico profissionalizante. Dentro do espírito do 'milagre econômico nacional'. a educação deveria servir para aumentar a produção brasileira.

Diante disto, o governo militar deixou relegado ao esquecimento à educação básica em detrimento da educação superior - o que, junto a já desigual condição entre os grupos sociais, levou à formação do abismo sócio econômico, encontrado hoje, entre as classes brasileiras.

Dados do IBGE(2007) mostram que, no Brasil, negros ou pardos ganham em média 40% menos que os brancos. E que entre os 10% mais pobres, 73% são negros ou pardos, em contrapartida, entre os 1% mais ricos, representavam apenas 12%.

No referente à questão de gênero, o IBGE traz dados também alarmantes. Atualmente, o rendimento médio das mulheres brasileiras não chega a 70% do rendimento masculino. Segundo o IBGE, 29,6% das mulheres que trabalham nas seis principais regiões metropolitanas do país são chefes de família. Elas têm 40 anos ou mais, são solteiras, criam os filhos e ganham menos do que as que moram sozinhas ou com marido ou companheiro. Segundo o IBGE/PNAD (2004), 11,5% das mulheres, com 16 ou mais anos, estão desocupadas - enquanto 6,6% dos homens, nas mesmas condições, não têm ocupação. Dados mais alarmantes ainda são tidos ao cruzar tais informações com a raça. Entre as mulheres negras, com 16 ou mais anos, 13,2% estão desocupadas, enquanto homens brancos na mesma condição representam 6%. São reflexos de uma cultura repressora que estruturou todo o abismo social encontrado no Brasil.

No Brasil, com a formulação de um projeto de lei n. 1.332, de 1983, do então deputado federal Abdias Nascimento, propõe-se mecanismos de compensação para negros. Tal projeto nunca foi aprovado pelo Congresso nacional, mas serviu como marco inicial do movimento de políticas compensatórias.

Em 1988, é promulgada a nova Constituição, como processo da redemocratização nacional, que traz novidades como a proteção ao mercado de trabalho feminino, dando status de direito social, e a reserva de empregos a deficientes físicos. Isto é, por muitos, interpretado como a legalização das ações afirmativas no Brasil. Indicaria o reconhecimento do poder público da existência da discriminação racial, étnica, de gênero e restrições em relação aos portadores de deficiência física. Nos anos 90, mudanças mais significativas começam a ocorrer. Em 1995, a primeira política de cotas nacional é adotada. A legislação eleitoral estabelece uma cota mínima de 30% de mulheres para a candidatura em todos os partidos políticos. O movimento negro na 'Marcha Zumbi contra o racismo, pela Cidadania e a Vida', em 1996, apresentou momento de pressão ao poder público. Tal movimento apresentou ao Governo Federal o ' Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial' que foi o mais impactante acontecimento quanto a políticas de ação afirmativa, até então.

A educação superior é deixada de lado, muito por conta da política neoliberal adotada pelo governo nacional da época. Até o começo do século 21, ficaram por conta da sociedade civil as políticas de compensação no que se refere a educação.

A partir da seleção de ingresso nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, no ano de entrada em 2003, estabelece-se que 50% das vagas da graduação serão destinadas a alunos oriundos

de escolas públicas, selecionados através de um sistema de acompanhamento de desempenho dos estudantes do ensino médio - SADE. Tal lei foi um marco da política de ação afirmativa no ensino superior brasileiro.

No início de 2003, com a entrada do Governo Lula, a expectativa dos opositores ao governo anterior era de uma guinada das diretrizes básicas na educação superior. Almejavam-se efetivos avanços no setor educacional, com uma verdadeira ruptura com o processo sutil de “mercadorização” da educação superior. A tradicional ligação do novo governo com os movimentos de esquerda fez com que a população colocasse naquele momento a necessidade de romper com o modelo vigente.

No início do governo Lula, as ofertas de vagas nas instituições privadas eram maiores que a demanda e muitas destas instituições demonstravam o início de uma decadência. Muitas fusões entre instituições ocorrem nesta época a fim de salva-las economicamente. Os mecanismos de controle das instituições privadas se mostravam falhos e muitas eram as instituições que formavam profissionais sem os saberes necessários ao ofício. A educação superior brasileira estava em total colapso. Diante disso, em 2003 o governo lula começa o debate sobre a reforma universitária, que não chegaram a um ponto comum. Diante da impossibilidade de uma reforma mais ampla, o governo federal começou a programar as poucas mudanças menores.

Aliado aos interesses das instituições privadas de ensino superior, o governo federal criou, em 2004, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, representando um marco inicial nas políticas de ação afirmativa do ensino superior no governo Lula. Em 2007, o Ministério da Educação apresenta o Plano de Desenvolvimento da Educação para melhorar a qualidade do ensino no País, envolvendo professores, pais, alunos e gestores, buscando o sucesso e a permanência na escola. A respeito da educação superior, o PDE se subdivide em 13 programas. Os programas são: ProUni, Reuni, UAB, Sinaes e E-MEC, Nova Capes, Programa Nacional de Pós Doutorado, Tecnologias da Informação: Ciclo Avançado, Escola de Altos Estudos, Plano Nacional de Assistência Estudantil, Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência, Lei de Incentivo a Pesquisa e o Proext.

As mulheres e o ensino superior

Hoje, as mulheres representam maioria entre os universitários brasileiros. Os dados a seguir demonstram a disparidade no ensino superior brasileiro:

- O censo da Educação Superior revela que o número de vagas ocupadas pelo sexo feminino concentra 56,4% do total de matrículas nas IES brasileiras, e o Censo do IBGE demonstra que as mulheres representam 52,7% da população nacional. Assim, a taxa de participação das mulheres na educação superior do Brasil é maior ainda do que na população do País. Quanto aos homens, essa realidade se inverte, uma vez que representam 47,3% da população e 43,6% dos estudantes matriculados nas IES.
- As mulheres são também a maioria no número de matrículas das IES brasileiras e essa realidade é percebida comparando-se os números de ingressantes, mas, sobretudo, quando se verificam as estatísticas de concluintes no Censo da Educação Superior. Dos alunos que concluem os cursos superiores, 62,6% são mulheres. Esse percentual é mais de sete pontos maior do que o de alunas que ingressam nas IES (55,1%), e isso demonstra que os homens têm rendimento acadêmico inferior ao das mulheres ao longo de sua formação superior. As mulheres só não são maioria nas IFES.
- Atualmente, segundo dados do Censo da Educação Superior, do total de docentes trabalhando nas IES brasileiras, 56,1% são homens e 43,9%, mulheres. Entretanto,

ao se verificar a trajetória da participação do sexo feminino nesse mercado de trabalho, constata-se que, entre 1996 e 2004, houve um crescimento de 223,9%, contra 181,1% do sexo masculino. Mantido este ritmo, as mulheres serão maioria em 2011.

- As estatísticas do Censo da Educação Superior demonstram que mais mulheres (11% a mais) do que homens ingressam em cursos superiores na faixa etária de 18 a 24 anos. Além disso, em 2004, ingressaram na graduação 195.155 mulheres e 157.083 homens com mais de 30 anos de idade. Com mais de 55 anos, o número de ingressantes foi de 4.192 mulheres e 3.431 homens.

Tais dados deveriam demonstrar a disparidade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, neste caso, favoráveis às mulheres. Mas a realidade é que os salários femininos não chegam, em média, a 70% dos salários masculinos. Como explicar isso, se na formação a relação tende a favorecer às mulheres?

A resposta para tal questão talvez esteja na escolha dos cursos superiores. De acordo com os resultados do Censo da Educação Superior de 2002, o número de mulheres que se tornam engenheiras vem sendo incrementado lentamente. Em doze anos, o número de alunas nas engenharias cresceu de 25,5 mil para 42,8 mil – um aumento de 67,8%. No mesmo período, a quantidade de homens nesses cursos ampliou 38,7%, a representatividade feminina em relação ao total de matrículas subiu de 17,4% para 20,3%. Se considerarmos particularmente a Engenharia Elétrica, esses números são ainda mais baixos. Neste curso, a média de mulheres por período é aproximadamente 4,7, o que representa um percentual de 9% do total de alunos. Segundo o trabalho de Tebet (2008), feito nos cursos de engenharia da Universidade Federal Fluminense, um discurso recorrente entre os alunos era que:

“Um dos meninos Julio acredita que tem muita mulher na engenharia de produção, *“porque é uma área bem técnica, sei lá, é uma coisa muito mais de administração, na engenharia elétrica você tem que ir pra campo, tem que coordenar... ser homem, falar grosso, tem que discutir, deve ser por isso. Não sei se as mulheres gostam disso. [...]”*
 “...a entrevistada afirma haver um favoritismo na contratação de homens nas fábricas, uma esperada explicação pra isto se relaciona com a noção de força, virilidade e masculinidade socialmente relacionada até hoje aos homens, como se não fosse possível a mulher exercer uma atividade “braçal”. Ou seja, neste caso em específico vemos que há um resguardo da mulher que necessita ser preservada e não exposta ao trabalho de corpo, ou seja, suas características sociais de sensibilidade, fraqueza e pureza devem ser mantidas e o contrário é recíproco, ou seja, o ideário de masculinidade precisa ser mantido como forma de reprodução social.”

Este ideal é reforçado por uma cultura própria do alunado de engenharia. No seu trabalho, Tebet entrevistou uma aluna que reforçou este ideal:

“Podemos ver com clareza o efeito simbólico da dominação masculina quando perguntamos à entrevistada Jaqueline se ela acha que os homens que trabalham devem receber licença paternidade maior do que a lei atualmente prevê após o nascimento do filho: *“Acho que não tem necessidade. Ah... eu acho que é mais pra mãe cuidar do bebê”*

A comparação entre a matrícula total e o número de concluintes sugere que, em todos os níveis de educação, as mulheres têm mais persistência para permanecer no sistema de ensino e chegar até as séries finais.

A tabela abaixo mostra a distribuição de vagas segundo o senso da educação superior de 2002:

		1991	2002
ENGENHARIAS	Total	146.806	211.009
	Mulheres	25.503	42.802
	% de mulheres	17,4	20,3
ARQUITETURA	Total	21.881	44.506
	Mulheres	12.986	28.245

	% de mulheres	59,3	63,5
FISIOTERAPIA	Total	11.379	78.099
	Mulheres	8.301	59.079
	% de mulheres	73	75,6
ODONTOLOGIA	Total	30.575	47.716
	Mulheres	18.009	29.741
	% de mulheres	58,9	62,3
DIREITO	Total	159.390	463.135
	Mulheres	70.015	226.307
	% de mulheres	43,9	48,9
ADMINISTRAÇÃO	Total	177.838	454.438
	Mulheres	73.157	215.926
	% de mulheres	41,1	47,5
PEDAGOGIA	Total	116.253	240.368
	Mulheres	106.023	221.998
	% de mulheres	91,2	92,4
FÍSICA	Total	7.950	17.866
	Mulheres	1.441	3.769
	% de mulheres	18,1	21,1
QUÍMICA	Total	8.856	26.268
	Mulheres	3.900	13.035
	% de mulheres	44,0	49,6
MATEMÁTICA	Total	21.955	66.256
	Mulheres	9.422	33.245
	% de mulheres	42,9	50,2
LETRAS	Total	92.891	158.562
	Mulheres	75.597	130.813
	% de mulheres	81,6	82,5
TOTAL GERAL (Todos os cursos)	Total	1.565.056	3.476.194
	Mulheres	833.949	1.964.649
	% de mulheres	53,3	56

A falta de mulheres nas engenharias por si só já deveria ser discutido como problema e, sobretudo, um espaço a ser disputado. Porém, o problema se mostra maior quando comparamos tais dados com a classificação de salário médio nacional de profissões, disponibilizado pela FGV no estudo “o Retorno da Educação no Mercado de Trabalho”(levando em consideração apenas a graduação), pode se perceber uma das causas da disparidade salarial entre os gêneros, como mostra a tabela abaixo:

Curso	Salário médio*
1 - Medicina	R\$ 6.705,82
2 - Outros cursos de engenharia	R\$ 6.141,05
3 - Engenharia mecânica	R\$ 5.576,49
4 - Engenharia civil	R\$ 5.476,85
5 - Geologia	R\$ 5.285,77
6 - Engenharia elétrica e eletrônica	R\$5.231,07
7 - Militar	R\$ 5.039,14
8 - Engenharia química e industrial	R\$ 4.844,92
9 - Direito	R\$ 4.649,63
10 - Ciências econômicas	R\$ 4.644,67
11 - Agronomia	R\$ 4.356,56
12 - Propaganda e marketing	R\$ 4.199,05
13 - Odontologia	R\$ 4.075,63
14 - Administração	R\$ 4.006,61
15 - Cursos de ciências exatas e	R\$ 3.949,86

tecnológicas, engenharia	exclusive	
16 - Estatística		R\$ 3.846,21
17 - Arquitetura e urbanismo		R\$ 3.835,08
18 - Medicina veterinária		R\$ 3.758,94
19 - Física		R\$ 3.516,52
20 - Química		R\$ 3.516,52
21 - Comunicação social		R\$ 3.435,09
22 - Formação de professores de disciplinas especiais		R\$ 3.408,60
23 - Farmácia		R\$ 3.381,98
24 - Ciências da computação		R\$ 3.325,40
25 - Outros de ciências agrárias		R\$ 3.278,04
26 - Ciências contábeis e atuariais		R\$ 3.105,60
27 - Outros de ciências humanas e sociais		R\$ 3.099,10

* - Os salários incluem a renda de todos os trabalhos e são do ano 2000, devendo ser multiplicado por 1,55, para a correção da inflação.

Conclusão

Os dados apresentados anteriormente mostram um fator que pode ser determinante para a disparidade salarial entre homens e mulheres: a distribuição das mulheres em relação aos cursos as coloca, na sua maioria, em cursos com menor remuneração.

Cursos predominantemente femininos, como pedagogia e letras, estão entre os que têm menores salários médios. E predomina entre os que recebem melhores salários, a presença masculina. Dentre os dez cursos com melhores salários médios, nove são predominantemente masculinos.

Diante destes dados alarmantes, a criação de vagas para mulheres, como forma de equiparar a disparidade salarial entre os gêneros e equiparar também a relação entre quantidade de mulheres nas IES e distribuição das mulheres entre todos os cursos, deve ser tratada como política pública. A presença de maioria feminina nas IES é um reflexo dos anos de luta do movimento feminista, que não devem ser desconsiderados, porém a separação de cursos entre cursos masculinos e femininos é uma prova do quanto precisamos ainda avançar. Enquanto houver esta disparidade salarial entre cursos masculinos e femininos, junto da existência de uma cultura de separação por gênero, pouco será mudada no referente à disparidade salarial entre os gêneros.

Uma análise superficial dos dados pode deixar a falsa impressão de que a questão de gênero na educação está equiparada no Brasil – visto que dados iniciais mostram uma hegemonia das mulheres nas IES. Porém, uma análise mais detalhada mostra que esta equiparação é apenas teórica. É necessário discutir mecanismos de inclusão da mulher em todos os segmentos de trabalhos, inclusive nos tidos como “cursos de homem”, e assim conseguir corrigir a diferença salarial média entre homens e mulheres no Brasil.

Referencia Bibliográfica

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Xamã, 2001.

SANTOS, Hélio. Políticas de Ação Afirmativa.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Senado Federal, Centro Gráfico, Distrito Federal, 1988.

CFEMEA

<http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos.asp>